

Relações de gênero nas famílias inseridas no Programa Nacional de Produção de Biodiesel na Região Nordeste do Brasil

Haudrey Germiniani Calvelli*
Maria das Dores Saraiva de Loreto**
Érika Cristine Silva***

Resumo:

O estudo em questão objetivou examinar as formas de manifestação das relações de gênero nas famílias produtoras de mamona na Região Nordeste do país, inseridas no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), considerando a realidade cotidiana vivenciada pelas mulheres, em termos das atividades realizadas. A partir de uma perspectiva de gênero, foram realizadas entrevistas narrativas e observação participante. Conclui-se que a lógica do PNPB apresenta uma postura neutra em relação à perspectiva de gênero, com limitada inserção da agricultura, onde as desigualdades de gênero são ainda mais visíveis, fazendo-se necessário “desnaturalizar” os modelos tradicionais de relações de trabalho das famílias rurais, que demarcam lugares antagônicos e segregados para homens e mulheres nos processos produtivos e decisórios.

Palavras-chave: cotidiano; gênero; agricultura familiar; política pública.

Gender relations in the families inserted in the National Biodiesel Production Program in the Northeast Region of Brazil

Abstract:

The present study aimed to examine the manifestations of gender relations in the castor farming families in the Northeast of the country, set in the National Program for Biodiesel Production and Use (PNPB), considering the daily reality experienced by women in terms of performed activities. From a gender perspective, narrative interviews were conducted and participant observation. It follows that the logic of PNPB has a neutral stance towards the gender perspective, with limited integration of agriculture, where gender inequalities are even more visible, making it necessary to "denature" the traditional models of labor relations of rural families, which demarcate antagonistic places and segregated for men and women in production and decision-making.

Keywords: daily life; gender; family farming; public policie.

Recebido em: agosto de 2016
Aprovado em: dezembro de 2016

* Pós-doutoranda da Universidade Federal de Viçosa, UFV: haudreyg@hotmail.com

** Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa/MG: mdora@ufv.br

*** Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa/MG

Introdução

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), foi criado em 2004 e regulamentado em janeiro de 2005, mediante Lei 11097, com o objetivo de promover de forma sustentável, tanto técnica quanto econômica, a produção e uso do Biodiesel, utilizando a mão de obra da agricultura familiar, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda (VASCONCELOS, 2016).

O pilar da inclusão social do PNPB, de acordo com Favareto et al (2007), se traduz na combinação de diversos instrumentos para inserir os agricultores familiares na cadeia do biodiesel, que basicamente são: (a) a política de aquisições por intermédio de leilões promovidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP); (b) a Concessão do Selo Combustível Social a empresas produtoras de biodiesel, a partir da compra dos grãos de oleaginosas da agricultura familiar e das metas produtivas estabelecidas para as empresas vencedoras dos leilões da ANP; (c) a política tributária, com a desoneração total e/ou parcial dos tributos federais para as empresas de biodiesel que adquirirem matérias-primas dos agricultores familiares; (d) a política de financiamento por intermédio de bancos públicos, e (e) e a política de suporte à organização da produção familiar, em termos do apoio à capacitação e à pesquisa, estímulo ao cooperativismo e implementação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do “Projeto Polos de Produção de Biodiesel”.

Assim, a organização da agricultura familiar na produção de matérias-primas para o biodiesel passa a ser um componente fundamental e impulsionador para atender a proposta de promoção da inclusão do PNPB. A abordagem sobre a agricultura familiar remete-se de imediato à questão da “lógica da organização de grupos domésticos como força motriz, orientadora para a vida social no campo” (SCOTT; CORDEIRO, 2006, p. 17); implicando, assim, numa reflexão sistemática sobre as relações de gênero no meio rural.

Segundo Silva e Portela (2006), a agricultura familiar é talvez um dos campos que mais se expressam as diferentes esferas de manifestação das desigualdades em nosso país, entre elas as desigualdades de gênero, presentes de maneira tradicional nas relações familiares no meio rural e nos faz refletir sobre a inclusão social para além das questões estritamente econômicas. As afirmações dessas autoras, nos leva a dimensionar as questões culturais como mantenedoras das relações assimétricas entre homens e mulheres, uma vez que o trabalho realizado nas comunidades, onde as atividades agrícolas são fontes de subsistência e renda, as mulheres ainda são responsáveis por quase todo o trabalho, participando da seleção das

sementes, armazenamento e colheita, além de trabalhar continuamente na horta e na criação de aves. Muitas, assim como as mulheres que habitam e trabalham nas cidades, conciliam os afazeres domésticos, que incluem a agricultura e cuidado com os animais com o trabalho fora, seja no serviço público ou na confecção de peças artesanais.

As mulheres no meio rural, segundo estas mesmas autoras, são responsáveis, quase exclusivamente pelas atividades ligadas ao pomar, horta, aos animais de pequeno porte, beneficiamento de produtos, mas ainda, participam de maneira similar das atividades da roça e pecuária, assim como os homens. Ou seja, entender o trabalho das mulheres na agricultura familiar, numa perspectiva da “divisão sexual do trabalho”, é compreender os valores atribuídos às mulheres, que limita suas funções ao trabalho reprodutivo, desvalorizando o seu trabalho produtivo, com prejuízo para a geração de renda.

Nesse contexto, na dinâmica de funcionamento dos arranjos produtivos devem ser observadas as relações e decisões diversas do cotidiano familiar, tanto no espaço público quanto privado, que, muitas vezes, podem ser oriundas de um modelo de relações hierárquicas entre mulheres e homens, onde a figura masculina representa o centro das decisões e do poder (SILVA; PORTELA, 2006).

Considera-se que a partir da Análise do Cotidiano, dentro de uma perspectiva interacionista, é possível conhecer como os problemas socioeconômicos, políticos, religiosos, educativos, de saúde, de moradia e de relacionamentos, dentre outros, que atingem as pessoas no seu dia a dia e como as mesmas resistem ou se adaptam. Ou seja, considera-se a vida humana no nível existencial: os sentimentos, as relações, a dor, as buscas pessoais e comunitárias, os espaços existentes para as trocas, etc. Considera-se, também, a vida numa ampla rede de relações, que estão marcadas por sua classe social, etnia, sexo, idade, crença, de acordo com as experiências das pessoas, não somente na síntese contida nos discursos, mas também nas variadas formas de o ser humano expressar sua vida; é, inclusive, dar atenção às relações de gênero, especialmente à realidade vivida pelas mulheres, buscando superar a linguagem androcêntrica e patriarcal.

Pressupõe-se que a agricultura familiar, como lócus de produção, consumo e reprodução de valores, integra relações sociais, cujos significados não podem ser reduzidos à lógica do parentesco ou à racionalidade econômica, devendo ser percebida como identidade que integra os membros familiares e dá sentido às suas relações. Assim, a estreita relação entre produção e reprodução na agricultura de base familiar faz como que a família surja

como elemento central das atividades e dos benefícios processados no espaço da produção, cuja lógica de organização orienta a vida no campo e as relações de gênero.

Nesse sentido, no processo de produção e reprodução familiar, reforçado por meio dos sistemas culturais, religiosos e ideológicos, tem-se o gênero, que é visto como uma construção cultural e como princípio estruturador em todas as sociedades. Gênero é uma expressão culturalmente determinada da diferença sexual, que parte da ideia de que comportamentos, valores, papéis, identidades e atributos de homem e de mulher se definem dentro de determinada cultura, o que significa que a posição de cada sexo não é constituída biologicamente, mas construída culturalmente (PASTORE, 2005).

Em face ao cenário exposto, o presente estudo buscou retratar as relações de gênero à luz da implementação do Programa Nacional de Biodiesel (PNPB), nos Estados do Ceará e Pernambuco. Mais precisamente foram selecionadas regiões produtoras da matéria-prima mamona, com sistemas de produção identificados pelo Programa, visando à inclusão da agricultura familiar. Especificamente, com a finalidade de examinar a influência da produção agroenergética nas relações familiares e de gênero, buscou-se examinar a percepção que as mulheres têm sobre seu cotidiano de vida e de trabalho, bem como as implicações da introdução das culturas agroenergéticas sobre as relações de gênero.

Incursões teóricas

As incursões teóricas basearam-se em duas categorias analíticas; cotidiano e gênero, considerando que as transformações sociais atuais repercutem não apenas em categorias macro e abstratas, como estado, país, nação, mas repercutem e transformam, principalmente, o lugar do indivíduo na reprodução social, em nível micro, onde a realidade dos sujeitos se manifesta com maior singularidade e expressividade (LIMA, 1996).

A discussão sobre o cotidiano tem ganhado espaço nas últimas décadas, quando filósofos e cientistas sociais passaram a considerar a vida cotidiana como objeto de investigação e reflexão. O nome cotidiano, em sentido próprio significa “cada dia”, aberto a encontros e desencontros, ao previsível e ao imprevisível; enfim, aberto a iterâncias¹, interações e errâncias cotidianas. Por outro lado, em sentido figurado, significa “o que é comum, habitual e familiar”. Certeau (2001) sinaliza cotidiano, como uma ciência prática do singular, como vários procedimentos diários nas “artes de fazer”. No cotidiano, espaço e

tempo se cruzam, por meio de ações e interações que se dão em um contexto situacional, incorporando o “drama e a trama” da sociabilidade do sujeito.

O cotidiano, segundo Maraschin e Tittoni (2002), se institui como um objeto nos estudos do campo social, contrapondo-se às análises pautadas na estrutura e nos indicadores socioeconômicos. O estudo do cotidiano é uma prática adotada por vários/as pesquisadores/as, que envolve, de modo geral, a análise das atividades do indivíduo e suas relações com outros indivíduos, considerando que cada pessoa vivencia e percebe seu cotidiano de forma diferente, uma vez que este é o fruto das interações que elas mantêm entre si e com o meio em que vivem. É através dessas interações que os sujeitos expressam os seus modos de pensar e, através delas, configuram os seus comportamentos e as suas vivências. (GIL, 2008).

De acordo com Sampaio (2003), a pesquisa no e do cotidiano implica em uma leitura e interpretação da “realidade”, que é complexa, múltipla e mutante, por meio de uma construção sócio histórica, visando articular leitura teórica com a prática cotidiana, ao mesmo tempo em que se vive o movimento de apropriação/construção de novas leituras práticas.

Assim, o cotidiano deve ser entendido dentro de uma perspectiva histórica, em cada sociedade e época, onde se formulam os problemas concretos da produção e quando é produzida a existência social dos seres humanos, como destacam Moreira et al (2004), ao afirmarem que o estudo do cotidiano contribui, dentre outras coisas, para trazer à cena da pesquisa uma pluralidade de práticas vivenciadas no dia a dia pelos grupos, com suas múltiplas individualidades. Como comenta Pérez (2003:117):

Cotidiano é um movimento, é construção social e histórica da ação humana. Ao produzir a cultura e a história, homem e mulheres produzem vida, a sua vida - como indivíduos e como espécie -, fluxo vital que os coloca diante de estados inéditos, num movimento de tornar-se: criando, aumentando e intensificando suas potencialidades e energias.

Nessa perspectiva, conforme Cardoso (2010) reforça-se a concepção de que as atividades cotidianas não são meras repetições de ações, mas um constante processo de análise e síntese para o alcance dos objetivos propostos no dia a dia, dentro de um contexto espaço-temporal.

Assim, um ponto importante refere-se aos espaços ocupados pelos sujeitos nesse cotidiano, uma vez que estes refletem o modo de pensar e agir de seus ocupantes, sendo assim, cada local é um emaranhado de vivências e interações entre seus habitantes, dando origem a uma estrutura, que é o produto de regionalizações de longa duração.

Esses espaços, segundo Bifano (1999), podem ser entendidos como arenas e cenários. As arenas são entidades duráveis, socialmente organizadas, tanto no tempo quanto no espaço, dentro das quais as atividades, de um modo geral, tomam lugar (por exemplo, a família); enquanto que o termo cenário refere-se à relação existente entre as pessoas agindo e as arenas nas quais estas se inserem (LAVE, 1991)

Nesse contexto compreender o cotidiano da mulher/família implica um movimento de ir e vir, abrindo possibilidades de “entre lugares”, em função dos seus híbridos contextos e articuladas redes de significações. O cotidiano da família envolve uma complexa rede de interações, onde se estabelecem intercâmbios e interações e onde estão presentes diferentes saberes, aptidões, valores, atitudes e comportamentos, cada componente com sua própria característica de vida, linguagens e imaginários; enfim, sistemas específicos de produção e formas híbridas de gestão de símbolos.

É na cotidianidade familiar onde se aprendem valores; incorporam-se as práticas essenciais aos diversos âmbitos da vida (escolar, comunitária, local, estatal); assimilam-se direitos, deveres, responsabilidade e obrigações, que ajudam as interações dos membros da família; desenvolvem-se atitudes, base para o estabelecimento de novas formas de relação, como é o caso das relações de gênero.

Joan Scott (1999), no texto “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, conceitua gênero enquanto categoria útil não apenas para compreender o cotidiano feminino, mas também para uma melhor compreensão da história, das relações entre homens e mulheres, das relações dos homens entre si e das relações das mulheres entre si; possibilitando, assim, análises significativas sobre as desigualdades e hierarquias sociais.

Para a referida autora, o conceito de gênero foi elaborado com a finalidade de ir contra o determinismo biológico nas relações entre os sexos. O gênero enfatiza o caráter social e “o aspecto relacional das definições normativas da feminidade”. Muitos estudos femininos enfocaram apenas as mulheres, afunilando em demasia a compreensão de determinadas realidades sociais, a categoria gênero pretende possibilitar a compreensão de que os estudos sobre os homens e as mulheres devem ser realizados de maneira relacional. Saffioti (2004) é outra autora que enfatiza o caráter social e relacional do gênero. Ela salienta que “gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade [...], estando estas inter-relacionadas”.

Para Scott (1999, p.14), gênero opera como "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder". As diferenças entre os sexos se fundam em símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e mitos. A autora ainda acrescenta que "os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas", expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas ou jurídicas e que opõem de maneira binária e inequívoca às concepções de masculino e feminino.

Assim, segundo a referida autora, uma segunda premissa referente à categoria gênero, enquanto categoria analítica, é que o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Isto é, o gênero é um campo no qual o poder é articulado. Desta forma, através do gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as articulações de poder nas relações entre os sexos.

O que ocorre na sociedade de forma geral é o fato de se atribuir a alguns comportamentos, como sendo relativos ao sexo feminino ou ao masculino, isto é, alguns comportamentos são considerados necessários para que se considere um indivíduo homem ou mulher. A cultura delega ao sexo feminino determinadas características, tais como, delicadeza, fragilidade e dependência, enquanto ao masculino em oposição delega força, coragem e liderança. Como se houvesse uma essência capaz de definir o ser homem do ser mulher. Isto ocasiona a construção da identidade masculina a partir da identidade feminina, revelando que para ser homem é necessário que não se comporte como as mulheres. Isto é, chorar ou demonstrar suas afeições não é coisa para o homem e pode colocar, segundo a cultura, em questão a sua heterossexualidade.

O conceito de gênero, além de ser a categoria central da teoria feminista, foi incorporado, nas últimas décadas, às ciências sociais, sendo reconhecido como um avanço teórico nos estudos das relações entre mulheres e homens na sociedade. Surgiu no contexto dos chamados estudos sobre mulheres, em um momento em que as primeiras investigadoras feministas buscavam formas de desnaturalizar a condição das mulheres em nossa sociedade, empregando o termo gênero para repudiar o determinismo biológico e demonstrar a gama de variação em construções culturais da feminilidade e da masculinidade.

Assim, o movimento feminista deu origem a diferentes teorizações acerca do conceito de gênero; inicialmente, utilizando-o como componente de um sistema de classificação social,

como fez Gayle Rubin; outras, tomando-o como sistema cultural, como Collier e Rosaldo; ou, ainda, caracterizando-o como um bom instrumento de análise, como fez Joan Scott (HEILBORN, 1992, apud SIMIÃO, 2002, p.80).

Segundo Giddens, apud Boni (2006), existem três abordagens principais para explicar as diferenças entre sexo e gênero. A primeira, que se sustenta na biologia, afirma que são os fatores biológicos que geram as diferenças entre os gêneros. A segunda abordagem é a de socialização do gênero, segundo a qual o indivíduo ao nascer tem apenas o sexo biológico, mas seu desenvolvimento se dará através do gênero social. A terceira abordagem vê o sexo e o gênero como produtos socialmente construídos. Ou seja, nessa perspectiva, não somente o gênero é uma criação puramente social, que carece de uma ‘essência’ estabelecida, mas o próprio corpo humano está sujeito a forças sociais que o moldam e alteram de várias formas.

Assim, falar de estrutura de relações de gênero significa enfatizar que o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres. Significa falar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o Estado, assim como a família e a sexualidade; sendo, na verdade, multidimensional. O gênero é também uma estrutura complexa, uma vez que, possibilita entender as conexões dos diferentes níveis e espaços de interação humana, podendo incluir relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Nesse sentido, a categoria gênero, como um dos principais elementos articuladores das relações sociais, garante suporte teórico para entender os sujeitos sociais e como são constituídos no cotidiano, impregnados/as em um emaranhado de significados e símbolos culturais e subjetividades sexuadas. Isso atribui às mulheres e homens lugares diferentes na sociedade, imbricados de relações de poder, que confere aos homens uma posição dominante em relação às mulheres. Ou seja, a perspectiva de gênero pressupõe considerar o processo de construção social das diferenças sexuais e da percepção do modo como são construídos padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino e, portanto, como esses padrões se colocam na questão da reprodução social, que está diretamente vinculada a sexo, sexualidade e divisão de trabalho por sexo. Desta forma, contribui-se para desmistificá-los enquanto categorias naturais e imutáveis. Vários estudos representam esta perspectiva, identificada como construtivista, como: Suárez e Libardoni (1992), Lauretis (1994), Scott (1999), Heilborn (1999), Paulilo (1989) e Sorj (1992), entre outros. Considerando que o que é ser masculino e feminino e os papéis sociais destinados a cada um dos sexos são estabelecidos social e culturalmente, sendo, portanto, susceptíveis de se modificarem e de serem modificados.

Em sua formulação mais usual a categoria de análise gênero contrapunha às categorias de gênero e sexo, sendo a primeira de ordem cultural e distinta do plano biológico; enquanto sexo correspondia à dimensão anátomo-fisiológica dos seres humanos. Remete-se a essa discussão as dicotomias (natureza/cultura; masculino/feminino; dominação/submissão; público/privado-doméstico; casa/rua; produção/reprodução, dentre outras), e oposições correlatas que encaminham a discussão feminista acadêmica nos anos 70, principalmente a partir do livro organizado por Rosaldo e Lamphére (1974).

Já nos anos 80 esta reflexão começa a ser problematizada, pela própria Rosaldo (1980), ao sugerir a necessidade de se considerar os papéis de mulheres e de homens como produto da ação humana em sociedades históricas e concretas, frisando a importância de gênero para a organização de todas as formas institucionais humanas e, reciprocamente, de todos os fatos sociais para a compreensão da sociologia do gênero, que, conforme Schouten (2011, p.9), expressa tanto as relações quanto às representações de gênero, ao considerar que:

O estudo sobre o gênero, e a sociologia em particular, não é uma categoria científica residual, mas sim um modo específico de observação e análise de todas as áreas da realidade social. Atende-se às formas de envolvimento das pessoas em relações sociais e às suas ideias, em função de serem homem ou mulher....O gênero deve ser estudado pela grande importância deste princípio na vida social, mas também por ser um fator que está na raiz de muitas situações de desigualdade e injustiça.

Assim, as relações de gênero, em última instância, são relações de poder e, como tanto, não são fixas e sim fluidas e mutáveis. Elas podem variar de sociedade para sociedade, no tempo e no espaço, ou mesmo em uma dada sociedade, a depender dos espaços em que homens e mulheres interagem (SARDENBERG, 1992). Ou seja, as mulheres não são desprovidas de poder em relação aos homens; mas, nem sempre o empoderamento feminino é legitimado.

Metodologia

Dentre as diversas modalidades da pesquisa qualitativa, selecionou-se o estudo de caso, especificamente agricultores/as do interior de Ceará e Pernambuco, uma vez que essa técnica possibilita entender melhor o comportamento humano, ao permitir um conhecimento mais aprofundado da dinâmica e manifestações de um determinado fenômeno social.

De acordo com Yin (2005), o estudo de caso permite uma investigação, preservando as características holísticas e significativas de determinados eventos; examinando sob diversos ângulos um fenômeno contemporâneo no seu contexto da vida real, por meio de

entrevistas, além da observação direta. Enfim, é uma análise holística, que considera a unidade social estudada como um todo, permitindo explicitar a multidimensionalidade presente nas situações cotidianas vividas.

Desta forma, seguindo a abordagem interpretativa a pesquisa foi realizada em duas etapas de trabalho de campo. Uma primeira etapa, determinada por Woortmann e Woortmann (1997), como “viagem de reconhecimento”, quando foram percorridas as localidades a serem pesquisadas, visando estabelecer um primeiro contato com a população local e com as lideranças vinculadas ao PNPB. A partir dos dados coletados nessa primeira etapa, foi possível estabelecer os locais do estudo para um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade dos agricultores, o que foi feito na segunda etapa da pesquisa, quando foi possível um convívio e entrevistas com as famílias dos agricultores das comunidades-alvo.

No Estado do Ceará, a pesquisa de campo iniciou-se como uma primeira visita aos/as agricultores/as vinculados/as ao Programa. Para tanto, foram escolhidos alguns assentamentos contemplados pelo PNPB. O primeiro assentamento visitado foi o 25 de maio. Mas, em função de sua baixa representatividade, em termos da produção de mamona, a equipe seguiu para o município de Monsenhor Tabosa, localizado a 319 km de Fortaleza, especificamente para o Assentamento Santana.

Em função do universo populacional foi selecionada aleatoriamente uma amostra estatisticamente significativa de 50 famílias de agricultores do Município de Monsenhor Tabosa, especificamente do distrito de Barroso, cadastrados no PNPB, estando estas famílias residentes nos assentamentos Terra Teima, Cachoeirinha, Bargado, Curitiba, Santana, Vista Alegre/Taboa e Agrobel. Os informantes foram entrevistados por meio do questionário, contendo perguntas abertas e fechadas.

Em Pernambuco, a pesquisa foi realizada no município de Pesqueira, distante a 215 km da capital pernambucana, situa-se na microregião do Vale do Ipojuca e mesorregião do Agreste Pernambucano. Assim como no Ceará a pesquisa foi realizada em duas etapas; primeiro a “viagem de reconhecimento” e depois o convívio com as famílias e entrevistas com as mulheres. Foram entrevistadas 42 famílias de produtores, distribuídos espacialmente, com o plantio de mamona, nas seguintes comunidades do município de Pesqueira (PE) As mulheres dessas famílias, que já estiveram envolvidas com a produção da mamona, foram intencionalmente selecionadas, para um aprofundamento das suas percepções sobre o papel da mulher no PNPB.

Para uma análise mais aprofundada sobre a vida cotidiana feminina, do grupo de famílias foi retirada uma subamostra de 10 mulheres, que narraram sobre suas vidas, sendo poucas as mulheres beneficiárias do Programa e o restante esposas de agricultores cadastrados.

Assim, a condução metodológica da pesquisa seguiu as orientações da abordagem qualitativa, envolvendo observação participante e entrevistas semiestruturadas junto aos produtores e produtoras envolvidas na produção de oleaginosas (mamona), buscando refletir sobre a realidade vivenciada “antes e depois do acesso ao PNPB”, considerando atividades realizadas, espaço relacional e capacidade de empoderamento. Tanto no Ceará como em Pernambuco, foi feito uso do método da história de vida² junto a uma sub-amostra de mulheres, visando apreender as mudanças ocorridas no cotidiano feminino e as possibilidades de empoderamento (empowerment), em face à introdução das culturas agroenergéticas no agroecossistema familiar.

Os dados foram examinados por meio da análise temática. Segundo Bardin (2011), esta modalidade de análise segue três fases: leitura flutuante, identificação das categorias por meio das convergências ou divergências dos discursos dos sujeitos e elaboração da temática do estudo, refletindo as concepções das mulheres sobre as repercussões do PNPB na sua vida cotidiana. O desenvolvimento do campo se deu por intermédio da observação participante, com uso da entrevista, seguindo a abordagem interpretativa.

O Espaço Relacional dos Agricultores (as)

Os/as produtores/as têm associado o plantio dos cultivos agroenergéticos com outras atividades da propriedade, afirmando que os mesmos constituíam uma atividade a mais no sistema de produção. A possibilidade de se ter um aumento da renda familiar; conjugado com o incentivo público (Petrobrás Biocombustível) no plantio e na comercialização da mamona, respectivamente, forma os principais motivos para a adesão ao programa de biocombustível.

Tanto no Ceará quanto em Pernambuco, o aumento da renda possibilitou a compra de mantimentos, remédio, roupas, móveis, moto, ração para os animais, dentre outros. São bens de consumo que, apesar de agregar maior qualidade de vida, não modificaram significativamente o *status quo* das unidades familiares na comunidade, como também não

alteraram o papel da mulher na família, enquanto responsável pelo cuidado do espaço doméstico.

Os/as agricultores/as cearenses também destacaram a aquisição de novos conhecimento/informações sobre a prática de cultivo da mamona e sobre o programa, por meio de reuniões, capacitações, orientações e visitas técnicas. Além disso, comentaram que foram geradas novas relações e parcerias, destacando as seguintes redes sociais: COOPTRACE, Petrobrás, MST, bem como os técnicos da assistência técnica. Entretanto, conforme observação, as reuniões com os técnicos agrícolas ocorriam esporadicamente e a maior frequência era com os homens. Nessas reuniões eram passadas informações a respeito do cultivo da mamona e das diretrizes do PNPB. No entanto, em Pernambuco, segundo os/as informantes, o conhecimento sobre o cultivo da mamona com a implementação do PNPB foi “Um pouco, Pois nós já sabia de pequeno...”.

Apesar de algumas mulheres estarem cadastradas no Programa, são poucas que realmente estão efetivamente à frente dos cultivos agroenergéticos, tanto no Ceará como em Pernambuco. O que ocorre é que muitas mulheres emprestam o seu nome para filhos e maridos por já possuírem conta no banco (devido à bolsa família ou empregos públicos).

Devido à seca, nos últimos anos, a produção agrícola e, conseqüentemente, o cultivo agroenergético no campo diminuiu no nordeste do país, o que tem acarretado mudanças no papel da mulher e do homem dentro da família. Essa situação também foi registrada por Henrietta Moore (2004, apud SOUZA, 2012), a partir do debate sobre as noções de “trabalho”, “produção” e “reprodução”, em seu livro *Antropologia y Feminismo*, onde faz uma revisão teórica de etnografias, que descrevem as práticas de homens e mulheres, em diferentes contextos culturais, como forma de elucidar as relações de gênero. Ela mostra que, embora o espaço doméstico tenha sido culturalmente identificado como de domínio feminino, a naturalização desse dado no trato da organização social do trabalho oculta ou invisibiliza outras formas possíveis de inserção das mulheres na economia e em atividades que garantem a reprodutividade social do grupo. A referida autora destaca que, em função da crise vivenciada pelos pequenos sistemas rurais policultores, provocada pela modernização agrícola e globalização da economia, uma das principais conseqüências é a intensificação do êxodo rural, com migração dos homens, “chefes de família”, em busca de trabalho nas cidades, fazendo com que, na ausência do marido/pai, as mulheres tenham que assumir os serviços na roça e garantir a sobrevivência do grupo familiar (SOUZA, 2012, p. 41).

Em ambas as comunidades estudadas no Ceará e Pernambuco, a maioria das pessoas que trabalha na agricultura é constituída por homens, que, em época de seca, acabam prestando serviços de motoristas e pedreiros na comunidade ou migram para os centros urbanos³. Em face dessa situação, algumas mulheres tiveram que assumir o controle da casa e da propriedade devido à saída do homem, ocasionadas pela falta de produção e procura de emprego. As mulheres mais jovens e com maior grau de instrução aderiram aos empregos públicos oferecidos nas localidades, ocupando cargos de professoras, diretoras das escolas da região, como também atuando como agentes de saúde nos postos locais. Em pesqueira (PE), as mulheres possuem também o ofício de rendeira, elas fabricam peças de Renda Renascença¹ e vendem em feiras locais e através das redes sociais. Além disso, observou-se que alguns agricultores ficam em casa enquanto suas mulheres saem para trabalhar fora. Entretanto, mesmo assim, os afazeres domésticos ainda são em grande parte considerados “coisa de mulher”.

Segundo Narvaz e Koller (2006), a história da instituição familiar no Brasil fundamentou-se no modelo patriarcal, escravista e latifundiário do período colonial. Este modelo de patriarcado rural e suas características foram, ao longo do tempo, se desintegrando de forma diversa entre as regiões do Brasil. No entanto, a mentalidade patriarcal continuou se renovando “na vida e na política brasileira através do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo”, que tinha as atitudes autoritárias, como princípio para os esquemas de dominação social e sobre as mulheres.

A posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social. As mulheres brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, não haviam conquistado os direitos civis garantidos ao homem. (...) A mulher, “beneficiária” do suporte social assegurado pelo trabalho masculino, não dispunha das mesmas garantias, a não ser enquanto esposa, mãe ou filha, o que evidenciava sua condição de dependente do marido/pai. (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.51).

Mesmo com as conquistas de direitos civis e políticos, a partir do século passado, muitas mulheres apesar de reconhecer que possui os mesmos direitos que os homens, no âmbito doméstico naturalizam as desigualdades de gênero ao não questionar a distribuição das tarefas domésticas, na maioria das vezes, sendo de responsabilidade única das mulheres. Tal situação conduz a uma tripla jornada de trabalho feminino, que se traduz no sustento, cuidado da casa e das/os filhas/os. Como destacam Silva e Portela (2006), no caso da mulher rural, o cotidiano de trabalho permanente e continuado vai desde a criação das condições de

reprodução da família – gestação da mão-de-obra necessária às atividades produtivas – e a “lida” na roça (trabalho não considerado produtivo). Como nos relatou uma das informantes: “Meu esposo trabalha na roça, de vez em quando eu vou para a roça. Trabalho e cuidado da casa e as meninas também cuidam, né!” (Laudeci, Pesqueira, PE).

As expectativas futuras quanto o Programa são incertas, considerando o problema da seca, apesar de que todos terem afirmado que iriam continuar plantando, se houvesse inverno; dando, assim, continuidade ao programa, com possibilidades de aumento da área de plantio.

Apesar da insegurança com respeito ao futuro, os membros dos grupos familiares relacionam-se cotidianamente entre si e com o meio em que vive, visando propiciar os aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos seus membros. Nesse contexto, as redes sociais formais e informais ganham grande importância, pois contribuem para provisão de recursos no processo da produção e reprodução social das unidades familiares. É a partir das relações recíprocas estabelecidas entre os agricultores que as redes de trabalho articulam atores sociais e formam uma territorialidade, que possui especificidades culturais, políticas e econômicas.

Segundo Radomsky (2006), do ponto de vista do desenvolvimento rural, as redes, além de se constituírem em formas de inserção econômica e reprodução social, elas potencializam os vínculos políticos, as associações nas comunidades rurais, as cooperativas e as ações coletivas; ou seja, elas expressam a pluralidade de empreender esforços para o desenvolvimento rural.

As pesquisas no Ceará e em Pernambuco, em duas regiões produtoras da matéria-prima mamona, tiveram dificuldades no cultivo devido às condições ambientais decorrentes do longo período de seca nessas regiões, a falta de capacitação técnica dos agricultores/as e orientação para a comercialização. Desta forma, percebe-se um descompasso entre o discurso e a prática concreta da política de promoção dos biocombustíveis, que visa combinar inclusão social e eficiência na produção, principalmente quanto à inserção da agricultura familiar e maior valorização do trabalho feminino. Diante do cenário pesquisado, ficou evidente que o PNPB não incorpora a perspectiva de gênero em suas diretrizes, ou seja, na prática reproduz as desigualdades de gênero ao excluir as mulheres do papel produtivo.

Conclusões

Conclui-se que há uma defasagem entre as diretrizes e os resultados do programa, principalmente quanto à inserção da agricultura familiar, onde a realidade cotidiana está permeada pelas desigualdades de gênero, fazendo-se necessário “desnaturalizar” os modelos tradicionais e hierárquicos de relações de trabalho das famílias rurais, em especial daquelas inseridas no Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel.

A produção e a comercialização das oleaginosas são de responsabilidade dos homens, enquanto as mulheres estão buscando outros espaços de atuação, seja no âmbito da “ajuda”, dos quintais produtivos, do serviço público e no artesanato. Nesse sentido, embora os papéis de homens e mulheres variem nas diferentes culturas, as atribuições dos homens geralmente são mais recompensadas do que o segmento desempenham a dupla jornada de trabalho em atividades domésticas e na roça. As mulheres de Também, em quase todas as culturas, as mulheres são responsáveis pelas crianças e pelo trabalho doméstico. Essa divisão sexual do trabalho, que tem levado à desigualdade na distribuição de poder, prestígio e riqueza entre homens e mulheres, é reforçada pelo PNPB, que não apenas apresenta uma postura neutra em relação à perspectiva de gênero, mas que considera que a economia do lugar se define pelo trabalho dos homens, naturalizando o papel que é atribuído à mulher, enquanto responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, enfim, pela reprodução social. Nesse sentido, não proporciona condições para o empoderamento feminino.

Considera-se que a transversalidade de gênero poderia tornar as relações sociais mais equitativas, pois é uma dimensão que envolve os vários campos do fazer humano e, em especial, aqueles voltados para a construção de novas práticas e representações sociais. Assim, a incorporação da perspectiva de gênero nessa política pública implica trabalhar com homens e mulheres, por meio de ações voltadas para a transformação da realidade das mulheres, uma vez que a construção da equidade de gênero passa pela promoção de estratégias que possibilitem a constituição e o fortalecimento do protagonismo empoderamento das mulheres, tornando-as não apenas sujeitos sociais, mas principalmente sujeitos políticos.

Referências bibliográficas

ALVES, A. M. S.; VASCONCELLOS, L. G. F. Desenvolvimento local e gestão municipal. *Sociedade & Natureza*. v.17, n.32, p.15-26, 2005.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. *Estudo da Prática Situada – Uma Contribuição Metodológica para Avaliação e Concepção de Produtos*. 1999. 180f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1999.

BONI, V. *Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar*. Disponível em <<http://www.alasru.org/cdalasru2006>> Acesso em 15/03/2013.

CARDOSO, V. A. S. Práticas do cotidiano e o Programa Minas Sem Fome: a experiência da padaria artesanal “Mãos de Fibra”. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2001. 352 p.

FAVARETO, A. et al. *O futuro dos biocombustíveis – entre incertezas, interesses e instituições*. Relatório de pesquisa. UFABC. Santo André, 2007.

GIL, Ana Helena Correa de Freitas. Geografia do Cotidiano: uma leitura da metodologia sócio-interacionista de Erving Goffman. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 2, n. 4, p.102-118. ago/2008.

HEILBORN, M. L. *Comunicação Corporal, Comunicação Verbal: Trajetórias Sexuais no Brasil e na França*. In: Encontro Anual Da ANPOCS, 23, 1999, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1999

LAVE, J.; *Cognition in Practice: mind, mathematics and culture in everyday life*. Cambridge University Press. Reprinted 1991. 214 p.

MOREIRA, A. M. de A. et al. A Vida Cotidiana e a Docência Universitária. *Linhas Críticas*. v.10, n. 19,p.203-216, jul./dez. 2004

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Revista Psicologia e Sociedade*. v. 8, n. 1, p. 49-55, jan.-abr. 2006.

PASTORE, E. Relação de Gênero na Agricultura Ecológica. Passo Fundo/RS: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho (GIEST), Universidade de Passo Fundo, **Texto para discussão** nº 06, 2005.

PÉREZ. C.L.V. Cotidiano: história(s), memória e narrativa – Uma experiência de formação continuada de professoras alfabetizadoras. In: **Método: Pesquisa com o Cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.97-118,

POLETTI, Emílio Rafael. O Desenvolvimento Territorial e a Promoção dos Arranjos Produtivos Locais (APLs): Uma Aproximação Geográfica. **Revista Eletrônica de Geografia**. v.1, n.1, p.58-83, jan. 2009.

PRESSER, B. H.; GITA S. **Women's empowerment and demographic process: moving beyond Cairo**. Oxford University Press: Oxford, 2000.

ROSALDO, M. Z. The use and abuse of anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding. **Sings**. v. 5, n. 3, 1980.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHÉRE, L. **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004,

SAMPAIO, C.S. Compreender o compreender das crianças em seus processos alfabetizadores In: **Método: Pesquisa com o Cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, p.17-41, 2003.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **O gênero em questão: apontamentos**. (Trabalho inédito) Salvador: NEIM/UFBA, 1992.

SCHOUTEN, M. J. **Uma sociologia do Gênero**. Portugal: Edições Húmus, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In **Educação e Realidade**. v.16, n.2. p. 5-22, 1999

SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e atores**. Recife: UFPE, 2006.

SILVA, C.; PORTELA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste Brasileiro. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e atores**. Recife: UFPE, 2006

SIMIÃO, D. S. As coisas fora do lugar. Gênero e o potencial de programas de geração de emprego e renda. In: **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, p. 80- 93, 2002.

SOUZA, Gabrielly Merlo de. **Mudanças sociais e trajetórias de Gênero - Etnografia do espaço e tempo na comunidade Linha da Cruz – MG**. 2012, Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

VASCONCELOS, M. **Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel (PNPB)**. Disponível em < http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/au_19_marcio.pdf>. Acesso em 05/06/2013.

WOORTMANN, E. ; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Editora UNB, 1997.

VILLACORTA, A. E; RODRIGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, Jorge O; ANTUNES, Marta (Org). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3^a ed. São Paulo: Bookman Companhia Ed, 2005.

NOTAS

² Na visão de Zaccur (2003, p.180), as “iterâncias” ou “iterações” “tratam-se de um processo realimentado, a partir do que se repete e que, na repetição, produz uma diferença, por mínimo que seja”.

³De acordo com Rauén (2002) a história de vida é uma narração da própria experiência vivida pela pessoa. Trata-se de um trabalho autobiográfico que a pessoa constrói, estimulada pelo pesquisador, que se orienta por interrogações, ou mesmo, por hipóteses inscritas em uma dada problemática.

⁴Nos assentamentos do Ceará, especificamente, no assentamento Cachoeirinha, muitos homens estão no Rio de Janeiro trabalhando em restaurantes para enviar dinheiro para sustentar a família e os animais.